COMÉRCIO EXTERIOR

Vendas para EUA caem 20%

O aumento de 7,2% das exportações na média geral mostra, no entanto, que o Brasil encontra outros compradores

» RAPHAEL PATI

igente desde o dia 6 de agosto deste ano, a tarifa de 50% sobre os produtos brasileiros que desembarcam nos Estados Unidos completou dois meses. Dados publicados, ontem, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) revelam que, em setembro, as exportações para os Estados Unidos registraram queda de 20,3%, em termos de valor.

No geral, as exportações brasileiras para o mundo somaram US\$ 30,5 bilhões, com alta de 7,2% no mês passado, na comparação com setembro de 2024, enquanto as importações atingiram US\$ 27,5 bilhões, com aumento de 17,7%. A alta expressiva se deve à compra de uma plataforma de petróleo de Singapura.

Diante disso, a balança comercial brasileira fechou o mês com superavit de US\$ 3 bilhões. O valor é 41,1% menor do que o mesmo

período do ano passado.

Enquanto as exportações para os Estados Unidos despencaram, as vendas para outros países somaram crescimentos substanciais em relação a setembro de 2024. A exemplo disso, o valor obtido com o comércio para a China avançou 14,7%, enquanto para o Mercosul, a expansão foi de 27,6%. Ainda houve uma ligeira alta de 2% nas vendas para a União Europeia nesse período.

Na avaliação do diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior, Herlon Alves Brandão, a tendência das exportações para os EUA é seguir em ritmo de queda. Segundo ele, há uma barreira comercial muito grande, não só para o Brasil, mas para diversos países do mundo, por meio das restrições impostas pela Seção 232. Além disso, destaca que as próprias importações no país norte-americano devem cair, mesmo no caso de produtos não tarifados.

"Isso, muito provavelmente, está relacionado com a atividade econômica. É claro que esse choque tarifário reduz o consumo com os Estados Unidos. Então a tendência é que haja uma desaceleração da economia, também com preços mais altos e possivelmente tenha esse efeito da demanda, também, não só com esse choque nos EUA, mas se mantendo esse cenário, é esperado que continue em queda de exportação para esse destino", comentou.

No acumulado do ano até setembro, a balança comercial brasileira registra queda de 22,5% frente ao mesmo período do ano anterior. Desde janeiro, as exportações para os Estados Unidos registram uma leve queda de 0,6%. Aos países do continente asiático, no geral, a queda é de 1,7%, enquanto que para a União Europeia, há um crescimento acumulado de 1,3%.

Os dados revelam o impacto do tarifaço implementado pelo governo dos Estados Unidos às exportações brasileiras. Ontem, o presidente Donald Trump deu um passo significativo para a abertura de negociações com o Brasil, após telefonar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e prometer visitar o país em breve para uma reunião com o chefe de estado brasileiro.

A economista-chefe do PicPay, Ariane Benedito, considera que, mesmo com a queda mais forte nas exportações para os EUA, a balança comercial brasileira deve sofrer impactos menores no saldo geral, devido ao crescimento do comércio com outros países. "Apesar das pressões vindas do mercado americano, o resultado geral da balança comercial segue favorável, sustentado pelo bom desempenho com Argentina e China e pela forte recuperação dos setores agropecuário e manufatureiro. A expectativa é que o Brasil encerre 2025 com superavit próximo a US\$ 65 bilhões", destaca.



A exportação de carne cresceu 55,6%, mesmo com o tarifaço dos EUA

JUDICIÁRIO

Marinho foi um dos palestrantes na audiência pública do STF

Pejotização gerou perda de R\$106 bi

» LETÍCIA FERNANDES*

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, responsabilizou a pejotização pelo aumento do deficit previdenciário. Em audiência pública, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), ele disse que o FGTS, a Previdência Social e o Sistema S deixaram de arrecadar, juntos, R\$106 bilhões entre 2022 e 2025, devido à contratação de pessoas como jurídicas, em lugar dos contratos

previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

"Nós queremos aumentar ainda mais o buraco do deficit da Previdência? Esse é o debate? Para vir uma forçada de barra para uma reforma da Previdência que vai, de novo, sobrecarregar quem? De novo os trabalhadores?", indagou.

Quando assina contrato com um CNPJ, o trabalhador perde os direitos trabalhistas da CLT, como licença médica, 13º salário, FGTS e férias. "O que nós precisamos compreender é que, independentemente da formação ou do salário da pessoa, se tem subordinação, se tem as características da relação de trabalho, é a CLT que protege", argumentou o ministro.

Cupim

O advogado-geral da União, Jorge Messias, chamou de "cupinização dos direitos trabalhistas" essa prática. "São valores bilionários que deixam de irrigar políticas públicas: da aposentadoria à saúde, da habitação ao saneamento", explicou.

As falas de ontem encerraram a audiência pública que discutiu os desafios econômicos e sociais da "pejotização" no Brasil, convocada no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1532603, cujo relator é o ministro Gilmar Mendes. Ao todo, 48 participantes manifestaram seus pontos de vista sobre o tema.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula



Apoio

elas no poder. Global ESG GRA Galerate Reflection